

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUARI – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
VACÂNCIA**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Criação: Lei nº 12.616, de 30-4, de 2012

Data da instalação: 21-11-2013

Data de Implantação do PJ-e: 25-8-2014

Jurisdição: Araguari, Cascalho Rico, Estrela do Sul, Grupiara, Indianópolis e Romaria.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 24-11-2020, p. 4.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 16-5-2019

Às 13 horas do dia quatro de dezembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 2ª Vara do Trabalho de Araguari, situada na Avenida Nicolau Dorázio, nº 399, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Arlindo Cavalaro Neto**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Edilson Virga de Andrade; os servidores Adrcia Maria Ribeiro Santos, Cristina Guimarães Guilherme Campos, Edilson Virga de Andrade, Eliane Naomi Sato, Eronildes Comparsi Barragan, Hamilton Cândido Rodrigues, Izabella Cecilia de Lima e Silva, Milene Alves Santos, Rodrigo Alves Clemente; a estagiária Giovanna de Menezes Bernardo.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 388 processos, distribuídos neste ano até o dia 20-11-2020, apurando-se a média de 1,8 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 24 cartas precatórias, dentre elas 7 executórias, até o dia 20-11-2020, das quais 21 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 197 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 69 processos foram remetidos neste ano até o dia 20-11-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 5 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 40 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 411 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 19 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 18 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processos sobrestados já julgados pelo STF, com incidentes de Repercussão Geral.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010753/18, 0010300/19, 0010260/19, 0010612/19, 0010287/19, 0010358/19, 0010485/19, 0010423/19, 0010459/19, 0010180/19: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento – 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Araguari - 02a Vara				3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	

Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	23,62	25,41	22,09	24,61	41,85
---	-------	-------	-------	-------	-------

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 20-11-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	37
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	207
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	5

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	20
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	3	4

2017	4	3
2018	11	2
2019	55	1
2020 – ano de referência	176	
TOTAL	249	0,41

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de novembro até o dia 20-11):

Processo	Classe	Tarefa
0010023-03.2016.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010785-12.2016.5.03.0047	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0011255-50.2016.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010138-87.2017.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0011052-54.2017.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011248-24.2017.5.03.0174	Consignação em Pagamento	Aguardando prazo
0011259-53.2017.5.03.0174	Consignação em Pagamento	Aguardando final do sobrestamento
0010076-13.2018.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010160-14.2018.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010343-82.2018.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010380-12.2018.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010641-74.2018.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010651-21.2018.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010700-62.2018.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0010731-82.2018.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010753-43.2018.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento

0010762-05.2018.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011073-15.2018.5.03.0103	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0010054-18.2019.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010082-83.2019.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	280

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	35

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	42
	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 90383)	336

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0

		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	5

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução – 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Araguari - 02a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	71,39	66,34	72,04	64,63	70,30

Existem 502 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 320 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 182 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 20/11/2020

No ano anterior, até dia 20/11/2019 - havia 475 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 320 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 155 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 20-11):

Processo	Classe	Tarefa
0000203-28.2014.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Análise
0000040-48.2014.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	DESPACHO
0000434-55.2014.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	DESPACHO
0000909-11.2014.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	DESPACHO
0000035-26.2014.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	DESPACHO
0000578-29.2014.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	DESPACHO
0001130-91.2014.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	DESPACHO
0000430-18.2014.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	DESPACHO
		DESPACHO
0000326-26.2014.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	DESPACHO
		DESPACHO
0001096-19.2014.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	DESPACHO
		DESPACHO
0000223-19.2014.5.03.0174	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	DESPACHO

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Decisões na execução	2019	2020
01-JANEIRO	5	23
02-FEVEREIRO	6	7
03-MARÇO	2	14
04-ABRIL	8	1
05-MAIO	8	7
06-JUNHO	6	8
07-JULHO	4	8
08-AGOSTO	3	1
09-SETEMBRO	10	8
10-OUTUBRO	7	11
11-NOVEMBRO	14	15

Totais	73	103
---------------	----	-----

Decisões por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ALESSANDRA DUARTE ANTUNES DOS SANTOS FREITAS					5						
ARLINDO CAVALARO NETO							6	1	4	11	
HELENA HONDA ROCHA	23	7	13	1	1	7					9
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA									3		
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA									1		
Totais	23	7	13	1	6	7	6	1	8	11	9

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Alvarás	2019	2020
01-JANEIRO	16	31
02-FEVEREIRO	21	32
03-MARÇO	22	25
04-ABRIL	16	25
05-MAIO	23	24
06-JUNHO	30	26
07-JULHO	19	34
08-AGOSTO	24	34
09-SETEMBRO	21	26
10-OUTUBRO	22	20
11-NOVEMBRO	23	13
Totais	237	290

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 28-11-2020, existem 61 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	10
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	32
Tutelas Provisórias Pendentes	19
Total	61

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 4-12-2020 havia 4 processos:

a) instrução: 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010603/19, 0010474/19, 0010656/19, 0010555/19.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 28-11-2020, 59 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 47 processos.

Exame dos autos dos processos 0010342/20, 0010256/20, 0010553/18, 0010034/20, 0010087/20, 0010124/20, 0010138/20, 0010196/20, 0010197/20, 0010142/20, 0010753/18, 0010300/19, 0010260/19, 0010612/19, 0010287/19, 0010358/19, 0010485/19, 0010423/19, 0010459/19, 0010180/19, 0010220/20, 0010328/20, 0010329/20, 0010319/20, 0010312/20, 0010334/20, 0010046/20, 0010344/20, 0010073/20, 0010363/19, 0010336/19, 0010248/20, 0010377/20, 0010372/20, 0010322/20, 0010607/19, 0010267/20, 0010189/20, 0010033/20, 0010373/20, 0010349/20, 0010226/20, 0010356/20, 0010116/20, 0010323/20, 0010677/19, 0010678/19, 0010695/19, 0010409/19, 0010613/19, 0010592/19, 0010456/19, 0010147/20, 0010106/20, 0010232/20, 0010372/19, 0011035/17, 0010129/19, 0010410/18, 0010021/20, 0010340/20, 0010228/20, 0010339/20, 0010130/20, 0010261/20, 0010202/20, 0010139/20, 0010081/20, 0010135/20, 0010335/20, 0010027/18, 0010068/18, 0010167/18, 0010549/19, 0010454/17, 0010681/18.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010220/20, 0010328/20, 0010329/20, 0010319/20, 0010312/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0010695/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 553ea7f (mais de 10 dias);

- 0010409/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 0a24923 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010094-56.2020.5.03.0047	Análise
0010202-29.2019.5.03.0174	Aguardando apreciação pela instância superior
0010204-96.2019.5.03.0174	Aguardando apreciação pela instância superior
0010523-64.2019.5.03.0174	Aguardando prazo

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há ação civil coletiva em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	33	24	41
Instrução processo físico	-	-	-
Instrução processo eletrônico	136	99	141

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	12	10	17-12-2020 – 9 dias
Procedimento Ordinário	19	09	25-01-2021 – 13 dias
Instrução	32	28	12-04-2021 – 63 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 20-11-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	311	136

2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	84	84

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	2	2.017
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	51	564
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	1	1.637
Média aritmética do número de dias decorridos entre a	17	308

data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)		
---	--	--

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	33	0,1
Julgados procedentes em parte	173	0,7
Julgados improcedentes	46	0,2
Extintos com resolução de mérito	2	0,009
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	254	1,1
Extintos sem resolução de mérito	20	0,08
Arquivamento	18	0,07
Desistência	20	0,08
Outras decisões sem exame de mérito	9	0,04
Total sem exame de mérito	67	0,2
Decisões de conhecimento	321	1,4
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	119	0,5
Decisões na fase de execução	48	0,2
Total	488	2,1

No ano de 2020, até o dia 20-11, com 206 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	20	0,09
Julgados procedentes em parte	45	0,2
Julgados improcedentes	27	0,1
Extintos com resolução de mérito	2	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	94	0,4
Extintos sem resolução de mérito	9	0,04
Arquivamento	10	0,04
Desistência	19	0,09
Outras decisões sem resolução de mérito	5	0,02
Total sem resolução de mérito	43	0,2
Decisões de conhecimento	137	0,6
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	54	0,2
Decisões na fase de execução	32	0,1
Total	223	1,0

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em novembro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	17	0,8
Conciliação em execução	4	0,2
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	1	0,05
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	22	1,1
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0

Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	29	1,4
Una/Una (rito sumaríssimo)	28	1,4
Total	109	5,4

No mês de novembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 17 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11:

Conciliação por fases	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	16	18	1	2		
02-FEVEREIRO	49	19	1	2		2
03-MARÇO	38	17	7		1	2
04-ABRIL	36	3	2			
05-MAIO	44	2	10	1		
06-JUNHO	27	33	1	1	1	1
07-JULHO	18	13	2	2		1
08-AGOSTO	24	22	1		2	
09-SETEMBRO	31	13	3	1		1
10-OUTUBRO	26	31	3	4		1
11-NOVEMBRO	23	13		1		1
Totais	332	184	31	14	4	9

Conciliação por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ALESSANDRA DUARTE ANTUNES DOS SANTOS FREITAS					3				1		
ARLINDO CAVALARO NETO						2	16	18	3	36	
HELENA HONDA ROCHA	20	22	19	3		33					15
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA								4	1		
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA									10		
Totais	20	22	19	3	3	35	16	22	15	36	15

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Audiências	2019	2020
01-JANEIRO	63	66
02-FEVEREIRO	146	76
03-MARÇO	92	67

04-ABRIL	104	
05-MAIO	135	5
06-JUNHO	112	86
07-JULHO	107	78
08-AGOSTO	98	123
09-SETEMBRO	115	72
10-OUTUBRO	110	109
11-NOVEMBRO	96	73
Totais	1178	755

Audiências por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ALESSANDRA DUARTE ANTUNES DOS SANTOS FREITAS				5						
ARLINDO CAVALARO NETO					23	70	84	11	108	
HELENA HONDA ROCHA	66	76	67		63	8				73
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA							39	20		
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA								41	1	
Totais	66	76	67	5	86	78	123	72	109	73

Foram realizadas 7 audiências de 1-12-2020 até o dia 2-12-2020 e designadas 63 de 3-12-2020 até do dia 18-12-2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Sentenças	2019	2020
01-JANEIRO	23	26
02-FEVEREIRO	84	39
03-MARÇO	63	39
04-ABRIL	56	6
05-MAIO	76	5
06-JUNHO	45	44
07-JULHO	46	17
08-AGOSTO	55	34
09-SETEMBRO	76	34
10-OUTUBRO	42	40
11-NOVEMBRO	46	37
Totais	612	321

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ALESSANDRA DUARTE ANTUNES DOS SANTOS FREITAS					5				2		
ARLINDO CAVALARO NETO						4	16	27	8	39	5
HELENA HONDA ROCHA	26	39	39	6		40	1				32
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA								7	7		
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA									17	1	
Totais	26	39	39	6	5	44	17	34	34	40	37

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de novembro 2020 apurado até dia 20-11):

Despachos	2019	2020
01-JANEIRO	415	596
02-FEVEREIRO	729	820
03-MARÇO	699	544
04-ABRIL	676	160
05-MAIO	710	610
06-JUNHO	545	808
07-JULHO	657	828
08-AGOSTO	534	556
09-SETEMBRO	916	669
10-OUTUBRO	799	796
11-NOVEMBRO	550	568
Totais	7230	6955

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a terça-feira e de quinta-feira a sexta-feira, a partir das 8h30min e/ou 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 15 minutos para as de procedimento ordinário e de 60 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 20-11
Processos recebidos	722	662	388

Média por dia útil	3,2	2,9	1,8
Processos remanescentes do ano anterior	323	165	256
Sentenças anuladas	6	7	0
Total de processos para solução	1.051	834	644
Processos solucionados	883	661	321
Processos conciliados	423	340	184
Produtividade	84,01%	79,25%	49,84%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 8,3% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve uma diminuição de 4,7%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 20-11-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	184
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	321

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47,	321
--------------	---	-----

	90047, 48, 90048, 49 e 90049	
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	388

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	120
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	71

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 20-11-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	280
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	322

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	378
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	125

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 20-11-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	322
Baixados na fase de Execução	Soma dos processos dos itens	125

execução	381 e 90381	
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	280
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	378
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	10

Perfil da Vara do Trabalho		Araguari - 02a Vara			
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020	
	Indicadores	I01 - Idade Média do	0,23	0,83	0,66

	pendente de julgamento (em anos)				
	I02 - Pendentes	647	635	672	701
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	93,30	93,24	100,06	112,59
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	104,13	108,18	105,00	104,50
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	728,74	542,39	568,03	597,05
	I07 - Taxa de conciliação (%)	51,22	49,58	48,20	53,54
	I08 - Taxa de solução (%)	98,80	97,06	92,20	82,65
	I13 - Taxa de execução (%)	252,66	311,05	395,17	289,33
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	24,52	27,65	33,90	41,85
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	64,63	67,22	71,26	70,30
	I11 - Produtividade por servidor	86,50	76,00	61,20	54,70
	I12 - Pendentes por servidor	57,70	58,90	60,50	65,40
Meso	Acervo	0,12	0,18	0,18	0,17
	Celeridade	0,18	0,17	0,18	0,22
	Produtividade	0,48	0,50	0,46	0,51
	Congestionamento processual	0,56	0,60	0,66	0,66
	Força de trabalho	0,55	0,57	0,61	0,57
Macro	IGEST	0,3795	0,4052	0,4191	0,4262
	Posição IGEST	45	57	61	71
	Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500	0751 a 1000	0751 a 1000

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$462.436,56	R\$139.420,67

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 3/2014, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 2 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 97,05% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 79,24%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,65%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 105,54%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 111,16% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 66,28% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,21%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,28%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 78,08% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,75%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 93,30 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 56,21%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o tempo médio alcançado foi de 137,15 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,67 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 3) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 4) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 5) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;
- 6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 7) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 8) reduzida a quantidade de processos na fase execução, tendo em vista o aumento do número de processos no ano de 2020 em relação ao mesmo período do ano 2019, conforme o item 1.10 da ata;
- 9) saneados os processos incidentais pendentes, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

10) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

11) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

12) envidados esforços para o cumprimento da Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, tendo em vista que esta não foi atingida no ano 2019;

13) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

14) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

15) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

16) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à

tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

17) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h15min do dia quatro de dezembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 208/2020, publicado no DJe 24-11-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

Maristela Iris da Silva Assinado de forma digital por Maristela
Iris da Silva Malheiros:30831806
Dados: 2020.12.18 10:40:13 -03'00'
Malheiros:30831806

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE Assinado de forma digital por MOZART
SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2020.12.04 17:09:04 -03'00'
OLIVEIRA JUNIOR:30831138

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria